

SUMÁRIO



Prefeitura de Capetinga - MG

Professor de Educação Básica

LÍNGUA PORTUGUESA

Ortografia.....	1
Gramática.....	2
Leitura e interpretação de textos e frases.....	3
Pontuação.....	5
Acentuação gráfica.....	9
Norma culta da escrita.....	11
Alfabeto: vogais e consoantes; Encontros vocálicos e consonantais; Sílabas: número e separação.....	22
Gênero: masculino e feminino, coletivos.....	25
Sinônimos e antônimos das palavras.....	26
Uso de maiúsculas e minúsculas.....	27
Classe de Palavras; Formas de tratamento.....	29
Questões.....	41
Gabarito.....	53

MATEMÁTICA

Estruturas lógicas.....	1
Lógica da argumentação.....	11
Diagramas lógicos.....	16
Números relativos inteiros e fracionários, operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação). Conjunto de Números Reais e Conjunto de Números Racionais. Frações ordinárias e decimais, números decimais, propriedades e operações.....	19
Múltiplos e divisores.....	32
Números Primos.....	35
Máximos divisores comuns e mínimos múltiplos comuns.....	37
Expressões numéricas.....	40
Equações do 1º e 2º graus.....	42

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Sistemas de equações do 1º e 2º graus	47
Funções do 1º e 2º grau	52
Estudo do triângulo retângulo; relações métricas no triângulo retângulo; semelhança de triângulos; relações trigonométricas (seno, cosseno e tangente); Teorema de Pitágoras; Ângulos; Geometria – Área, Volume e Perímetro	57
Sistema de medidas de tempo, sistema métrico decimal	71
Números e grandezas proporcionais, razões e proporções	76
Regra de três simples e composta	78
Porcentagem	80
Juros simples - juros, capital, tempo, taxas e montante	82
Média Aritmética simples e ponderada	83
Problemas envolvendo os itens do programa proposto	85
Questões	89
Gabarito	97

CONHECIMENTOS GERAIS

Conhecimentos municipais, estaduais e nacionais sobre: política, economia, geografia, sociedade, cultura e história	1
Atualidades relevantes sobre diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas. Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais sobre diversos assuntos veiculados nos meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádios, televisão e internet	43
Questões	137
Gabarito	141

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A criança e a educação infantil: história, concepções	1
Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil	2
Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos	11
Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar	13
Avaliação na educação infantil	18
O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais	22

SUMÁRIO

SUMÁRIO



O professor de educação infantil.....	28
Família e instituição.....	31
Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades.....	32
Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil	35
Teoria e Prática da Educação.....	39
Conhecimentos Político-Pedagógicos.....	40
Função social e política da escola: perspectiva crítica e perspectiva neoliberal	42
Gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar	49
Colegiados escolares	56
Projetos político-pedagógicos	58
A educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar.....	58
Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem.....	59
Conhecimento na escola	62
A organização do tempo e do espaço	64
A avaliação escolar.....	67
Projetos de trabalho: concepção e perspectiva projetos de trabalho e a interdisciplinaridade.....	69
Cotidiano escolar: relações de poder na escola.....	71
Currículo e cultura	72
Tendências pedagógicas na prática escolar.....	76
Tendências pedagógicas na infância segundo: Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Dermeval Saviani, Emília Ferreiro e seus seguidores.....	79
Lei nº 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional	82
Lei nº 13.005/14 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências	114
Lei nº 8.069/90 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências: CAPÍTULO IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer – artigos 53 ao 59.....	135
Constituição Federal 1988: CAPÍTULO III - Seção I - DA EDUCAÇÃO – artigos 205 ao 214.....	136
Decreto Federal nº 11.556 de Junho de 2023- Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.....	142
Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base. Secretaria de Educação Básica - Brasília, MEC, SEB, 2017. Unidades Temáticas, objetos de conhecimento e habilidades nos anos iniciais: LÍNGUA PORTUGUESA ANOS INICIAIS; MATEMÁTICA ANOS INICIAIS; CIÊNCIAS ANOS INICIAIS; GEOGRAFIA ANOS INICIAIS; HISTÓRIA ANOS INICIAIS	148
Questões	204
Gabarito.....	210

SUMÁRIO



- **Mudanças no alfabeto:** O alfabeto tem 26 letras. Foram reintroduzidas as letras k, w e y.

O alfabeto completo é o seguinte: A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

- **Trema:** Não se usa mais o trema (¨), sinal colocado sobre a letra u para indicar que ela deve ser pronunciada nos grupos: gue, gui, que, qui.

Regras de acentuação:

Não se usa mais o acento dos ditongos abertos **éi** e **ói** das palavras paroxítonas (palavras que têm acento tônico na penúltima sílaba)

Como era	Como fica
alcatéia	alcateia
apóia	apoia
apóio	apoio

- **Atenção:** essa regra só vale para as paroxítonas. As oxítonas continuam com acento:
- **Ex.:** papéis, herói, heróis, troféu, troféus.
- Nas palavras paroxítonas, não se usa mais o acento no **i** e no **u** tônicos quando vierem depois de um ditongo.

Como era	Como fica
baiúca	baiuca
bocaiúva	bocaiuva

- **Atenção:** se a palavra for oxítona e o **i** ou o **u** estiverem em posição final (ou seguidos de **s**), o acento permanece. Exemplos: tuiuiú, tuiuiús, Piauí.

Não se usa mais o acento das palavras terminadas em êem e ôo(s).

Como era	Como fica
abenção	abenção
crêem	creem

- Não se usa mais o acento que diferenciava os pares pára/para, péla(s)/pela(s), pêlo(s)/pelo(s), pólo(s)/polo(s) e pêra/pera.

Atenção:

Permanece o acento diferencial em pôde/pode;

Permanece o acento diferencial em pôr/por;

Permanecem os acentos que diferenciam o singular do plural dos verbos ter e vir, assim como de seus derivados (manter, deter, reter, conter, convir, intervir, advir etc.);

É facultativo o uso do acento circunflexo para diferenciar as palavras forma/fôrma.



Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: "Hoje é segunda-feira" é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: "O céu é azul e não azul" é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: "Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F."

Exemplo: "Está chovendo ou não está chovendo" é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

► Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- **Frases interrogativas:** "Quando será a prova?"
- **Frases exclamativas:** "Que maravilhoso!"
- **Frases imperativas:** "Desligue a televisão."
- **Frases sem sentido lógico:** "Esta frase é falsa."



ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO BRASIL

As REGIONALIZAÇÕES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO¹

A **regionalização** pode ser entendida como a divisão de um território em áreas que apresentam características semelhantes, de acordo com um critério preestabelecido pelo grupo de pessoas responsáveis por tal definição: aspectos naturais, econômicos, políticos e culturais, entre tantos outros.

Portanto, regionalizar significa identificar determinado espaço como uma unidade que o distingue dos demais lugares o seu redor.

A divisão de um território em regiões auxilia no planejamento das atividades do poder público, tanto nas questões sociais quanto econômicas, já que permite conhecer melhor aquela porção territorial.

O governo e as entidades privadas podem executar projetos regionais, considerando o número de habitantes de cada região, as condições de vida de sua população, as áreas com infraestrutura precária de abastecimento de água, esgoto tratado, energia elétrica, entre outros.

Os Critérios de Divisão Regional do Território

O Brasil é um país muito extenso e variado. Cada lugar apresenta suas particularidades e existem muitos contrastes sociais, naturais e econômicos.

Como cada região diferencia-se das demais com base em suas características próprias, a escolha do critério de regionalização é muito importante.

Um dos critérios utilizados para regionalizar o espaço pode ser relacionado a aspectos naturais, como clima, relevo, hidrografia, vegetação, etc.

A regionalização também pode ser feita com base em aspectos sociais, econômicos ou culturais. Cada um apresenta uma série de possibilidades: regiões demográficas, uso do solo e regiões industrializadas, entre outras.

As Regiões Geoeconômicas

A fim de compreender melhor as diferenças econômicas e sociais do território brasileiro, na década de 1960, surgiu uma proposta de regionalização que dividiu o espaço em **regiões geoeconômicas**, criada pelo geógrafo Pedro Geiger.

¹ FURQUIM Junior, Laercio. *Geografia cidadã*. 1ª edição. São Paulo: Editora AJS, 2015.

TERRA, Lygia. *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil* – Lygia Terra; Regina Araújo; Raul Borges Guimarães. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.



A IMPORTÂNCIA DE COMPREENDER A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem assumido crescente relevância no cenário educacional brasileiro. Ao longo das últimas décadas, avanços legais e teóricos consolidaram essa etapa como direito da criança e dever do Estado, superando antigas concepções assistencialistas e higienistas. Contudo, compreender a Educação Infantil exige, antes de tudo, conhecer como a infância foi historicamente construída como categoria social, e como isso influenciou (e ainda influencia) as práticas pedagógicas.

Historicamente, a criança foi vista de diversas formas: como “pequeno adulto”, como sujeito passivo, como propriedade da família ou do Estado. A pedagogia moderna, porém, passou a reconhecer a criança como sujeito de direitos, ativa, potente, dotada de linguagem e cultura próprias. Essa mudança de paradigma reflete-se nas políticas públicas, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas práticas pedagógicas mais contemporâneas.

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INFÂNCIA: DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO COMO SUJEITO

A noção de infância nem sempre existiu como a conhecemos hoje. No século XIII e XIV, por exemplo, a criança era vista como um adulto em miniatura. Segundo o historiador Philippe Ariès, em sua obra clássica *História Social da Criança e da Família*, a ideia de infância como uma fase distinta da vida surge somente a partir da modernidade, com o advento da escola, da imprensa e da medicina.

Durante séculos, a infância foi marcada pela exclusão social e pela negligência. Crianças pobres eram frequentemente entregues ao trabalho desde muito cedo, e sua educação não era uma prioridade social. Com o iluminismo e o surgimento do pensamento pedagógico moderno — notadamente com Rousseau e sua obra *Emílio*, ou da Educação —, começa a surgir uma visão mais humanizada da criança, reconhecendo sua especificidade e necessidade de proteção e formação.

No Brasil, o reconhecimento da infância como uma fase singular é tardio. Até o século XIX, a educação das crianças era responsabilidade da família ou da Igreja. Apenas no século XX, com o avanço dos direitos sociais, começa-se a institucionalizar políticas para a infância. A partir da década de 1980, com a redemocratização, surgem movimentos em defesa da criança e do adolescente, culminando na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 — marco fundamental na garantia de direitos dessa população.

CONCEPÇÕES DE CRIANÇA NA PEDAGOGIA: DO ASSISTENCIALISMO AO PROTAGONISMO INFANTIL

As práticas pedagógicas sempre refletiram as concepções predominantes sobre a infância. Tradicionalmente, a criança era vista como um ser incompleto, carente de cuidados e de formação moral. Essa visão resultava em práticas educativas voltadas para a disciplina, a moralização e a preparação para a vida adulta, sem considerar os saberes e interesses da própria criança.

Durante grande parte do século XX, a Educação Infantil teve caráter assistencialista, ligada à saúde, higiene e alimentação. A função pedagógica das creches e pré-escolas era secundarizada. No entanto, com o avanço das teorias do desenvolvimento infantil — especialmente com Piaget, Vygotsky, Wallon e, mais tarde, Emília Ferreiro —, começou-se a compreender a criança como sujeito ativo, capaz de construir conhecimentos, interpretar o mundo e interagir de maneira significativa com o meio.

Essa mudança teórica impulsionou novas práticas pedagógicas, centradas na escuta da criança, no brincar, na linguagem e na valorização da cultura infantil. A concepção atual, defendida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) e pela BNCC (2017), é a de uma criança potente, curiosa, competente e cidadã desde o nascimento, com direito a ser respeitada em sua singularidade.